

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                             | <b>2</b>  |
| Título: O país parado no meio do caminho.....                                             | 2         |
| Título: Tragédia da Samarco.....                                                          | 4         |
| Título: Rio terá que compensar gastos com reajuste de 5%.....                             | 4         |
| Título: Justiça de São Paulo proíbe CSN de pagar dividendos .....                         | 6         |
| Título: Preço do diesel subirá entre R\$ 0,12 e R\$ 0,17 .....                            | 7         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                   | <b>8</b>  |
| Título: Preço da gasolina dispara e o do etanol tem queda.....                            | 8         |
| Título: Cade aprova venda à Equatorial de distribuidora da Eletrobras no PI .....         | 9         |
| Título: Chinesa deverá elevar pagamento por CPFL .....                                    | 10        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                | <b>11</b> |
| Título: Fazenda quer substituir penhora da CSN por dinheiro.....                          | 11        |
| Título: Dólar atinge R\$ 4,14 e já afeta preços .....                                     | 12        |
| Título: Importadoras de diesel ameaçam abandonar mercado.....                             | 13        |
| Título: Chinesa State Grid poderá ter de pagar mais R\$ 585 mi pela CPFL Renováveis ..... | 14        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                                 | <b>16</b> |
| Título: Setor deve receber R\$ 1,8 trilhão até 2054 .....                                 | 16        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                     | <b>17</b> |
| Título: Setor privado critica modelo de subsídio para o diesel.....                       | 17        |
| Título: IBS projeta usina a biomassa de cavaco de madeira .....                           | 19        |
| Título: Curtas .....                                                                      | 20        |
| Título: Geração e distribuição voltam a ser atrativas .....                               | 21        |
| Título: CVM determina novo preço em OPA da CPFL Renováveis .....                          | 23        |

Título: Facebook pretende abandonar uso de combustível fóssil até 2020 ..... 24

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Colunas**

**Autor: Míriam Leitão**

**Título: O país parado no meio do caminho**

Quando o IBGE divulgar na sexta-feira o PIB do segundo trimestre ficarão claros os pesos que puxam para baixo a economia este ano: a greve do transporte de carga, a incerteza eleitoral, o ambiente externo desfavorável. Tudo junto, o país ficou parado de abril a junho, apesar de o ano ter começado com a expectativa de um crescimento do PIB em torno de 3%. A saída da nossa mais profunda recessão tem sido também a mais lenta.

A greve parou o país por 11 dias, derrubou todos os indicadores de maio, encolheu a indústria e afetou a confiança de todos os agentes econômicos, o que continuou tendo efeitos. Ontem a Fundação Getúlio Vargas informou que a confiança da indústria em agosto caiu ao seu nível mais baixo desde janeiro. A paralisação também deixou como herança uma tabela de frete que está engasgada na cadeia produtiva, e um caríssimo subsídio ao diesel, de R\$ 9,5 bilhões, que não é suficiente para impedir novos reajustes.

Junto com o número do PIB, projetado para ficar em torno de zero no segundo trimestre, o país conhecerá o novo preço do diesel que, inevitavelmente, será mais alto. O dólar subiu muito e há uma semana o repórter Alvaro Gribel, no meu blog, avisou que já havia atingido o ponto a partir do qual o subsídio de R\$0,30 por litro não seria o suficiente para segurar o preço. Os primeiros três meses de preços estáveis terminam na sexta-feira e haverá nova fórmula e nova realidade para informar aos consumidores.

O problema não foi apenas a greve, por maior que tenha sido o impacto imediato da interrupção do transporte de carga do país. A eleição entrou na agenda e o que se vê é um quadro de enorme incerteza fiscal. O Orçamento de

2019 está indo esta semana para o Congresso com uma previsão de R\$ 139 bilhões de déficit com despesas de pessoal e da Previdência crescendo mais uma vez em relação ao ano anterior.

Os indicadores setoriais de junho mostraram recuperação em “V” na indústria, a inflação também subiu e caiu em seguida, o comércio não conseguiu recuperar as perdas, e as exportações voltaram a subir. Mesmo assim, a queda foi forte e tudo contribui para que o resultado seja como registrou o “Valor” em sua pesquisa, na média, de 0,1%.

Ou seja, estagnação. É sem dúvida boa a notícia de que a inflação tenha recuado e o IPCA caminhe para ficar um pouco acima de zero em agosto. Houve um tempo no passado em que a mistura de incertezas eleitorais, alta do câmbio e um choque na economia levava a inflação inexoravelmente para cima, e, com ela, a taxa de juros.

A Selic permanece em 6,5%. No mercado financeiro, há instituições que sequer fizeram o cálculo para o PIB do segundo tri, por causa da forte influência da greve sobre os números. A avaliação é que se os meses de abril a junho vierem muito fracos, isso será compensado de julho a setembro, em um efeito parecido com o que houve com a inflação. —Temos que aguardar e depois fazer a média desse período todo. Não adianta olhar só para o segundo trimestre.

O que mais nos preocupa neste momento é mesmo a incerteza eleitoral — explicou um economista. O quadro externo também permanece incerto, ao sabor das idiossincrasias do presidente Donald Trump. Esta semana ele anunciou o “melhor acordo comercial do mundo” com o México, que é o mesmo Nafta com algumas exigências a mais feitas ao país, e com a exclusão do Canadá. Trump hostiliza os parceiros para depois oferecer o mesmo de antes, com algumas mudanças, e rebatiza o instrumento para ser o realizador.

As exigências maiores de conteúdo nacional feitas aos mexicanos podem reduzir um pouco as exportações brasileiras de autopeças. Mas o pior efeito do trumpismo é mesmo a instabilidade e a incerteza que o presidente americano cria em todas as áreas.

As entrevistas com os economistas dos candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de votos mostram em maior ou menor grau a dificuldade de explicar na prática como farão para atingir os objetivos de reequilibrar as contas públicas e enfrentar os desafios fiscais gigantes que a pessoa que sair vitoriosa nas urnas terá que enfrentar.

Por tudo isso, o ano de 2018 está sendo aquele no qual o país não consegue sair do chão, permanece parado no meio do caminho entre a grande recessão que vivemos e o crescimento que ainda não chegou.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Colunas**

**Autor: Ancelmo Gois**

**Título: Tragédia da Samarco**

Em novembro, a tragédia provocada pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), que deixou 19 mortos, fará três anos. Hoje, a Fundação Renova (criada pela mineradora e suas controladoras, Vale e BHP, para reparar os impactos da tragédia) anunciará uma linha de crédito para empresas das cidades impactadas, que tenham capacidade para se tornarem fornecedoras locais.

O fundo terá, ao todo, R\$ 10 milhões para empresas de Minas e R\$ 1,8 milhão para as do Espírito Santo.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Rio**

**Autor: Martha Beck, Geralda Doca e Selma Schmidt**

**Título: Rio terá que compensar gastos com reajuste de 5%**

Conselho que fiscaliza Regime de Recuperação afirma que aumento para Judiciário e MP contraria programa e pede medidas para evitar impacto nas contas, caso contrário estado sairá do programa. Pezão recorrerá hoje ao STF

BRASÍLIA E RIO- O Conselho de Supervisão, que monitora o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Rio, divulgou ontem parecer informando que o aumento de 5% para servidores do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, aprovado pela Assembleia Legislativa (Alerj), contraria as normas do programa. Em nota, diz que solicitará às autoridades, entre elas o governador Luiz Fernando Pezão, "a adoção de providências necessárias" ao cumprimento da lei que criou o regime.

E acrescenta que, na hipótese de o reajuste ser aplicado, o governo deverá fazer a compensação, de forma que ele não produza impacto financeiro nas contas do

estado. Caso isso não aconteça, o Rio poderá ser excluído do regime e ter que pagar imediatamente uma dívida com a União, que chega a R\$ 18 bilhões.

— Vamos primeiro entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) — limitou-se a dizer o governador Pezão, sobre o parecer do conselho.

Procurada, a Secretaria estadual de Fazenda não informou se o governo vai implantar medidas para compensar o aumento de despesa decorrente do reajuste salarial.

O impacto nas contas deve ser de cerca de R\$ 190 milhões por ano. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) confirmou que, até o fim do dia de hoje, ingressará com ação arguindo a inconstitucionalidade das leis que concederam os 5%. O órgão não detalhou quais serão seus argumentos.

#### DECISÃO SERÁ DE TEMER

O Conselho de Supervisão explicou que, se o aumento for aplicado e o estado não adotar medidas compensatórias, fará um parecer técnico no qual poderá sugerir a saída do Rio da Recuperação Fiscal. O documento terá que ser enviado ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Com o parecer em mãos, ele deverá recomendar ou não a exclusão do estado ao presidente da República, Michel Temer, a quem caberá a decisão final.

O RRF prevê que estados em crise podem suspender o pagamento de dívidas com a União e receber o aval do Tesouro para obter empréstimos por um período de até seis anos, desde que adotem medidas de ajuste fiscal. A lei que criou o regime determina que, durante sua vigência, o estado não pode aumentar despesas.

Fora do regime, o estado terá que devolver imediatamente ao governo federal os R\$ 18 bilhões relativos a dívidas com a União, cujo pagamento foi suspenso já dentro do acordo. A Secretaria de Fazenda do Rio já adiantou que isso resultará no atraso dos salários do funcionalismo por seis meses. O rombo total, no entanto, é maior. O estado também vai ter que pagar, com juros, um empréstimo de R\$ 2,9 bilhões que foi obtido junto ao banco BNP Paribas com aval do Tesouro Nacional. O dinheiro foi quase todo usado para pagar a servidores.

Segundo integrantes da área econômica, caso o estado não encontre uma forma de assegurar o cumprimento do RRF, será praticamente impossível o presidente da República aceitar a permanência do Rio no programa. Embora a decisão final seja política, há um entendimento dentro do governo de que não se pode ajudar um estado que não faz ajuste fiscal.

Ao ser indagado se Michel Temer teria coragem de excluir o Rio, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, um dos principais auxiliares do presidente, foi categórico:

— Não é uma questão de coragem, mas de cumprimento da lei e da garantia de tranquilidade da população. Vamos esperar para ver o que vai acontecer — disse o ministro, acrescentando que continuará trabalhando para que o governo federal ajude o estado.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também defendeu que as normas do ajuste sejam seguidas: — É importante cumprir o contrato.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: João Sorima Neto**

**Título: Justiça de São Paulo proíbe CSN de pagar dividendos**

Bloqueio é referente à cobrança de débito fiscal de R\$ 7,9 bi. Ações da companhia recuam 2,41%

A Justiça Federal de São Paulo bloqueou a distribuição de R\$ 890 milhões em dividendos que seriam pagos aos acionistas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a partir de amanhã. O bloqueio foi determinado pela 10ª Vara de Execuções Fiscais e se refere a um processo que envolve a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a cobrança de um débito fiscal de R\$7,9 bilhões da companhia. A PGFN pediu a substituição de parte dos bens penhorados (imóveis, veículos e maquinário) pelos dividendos.

Segundo a argumentação da PGFN, que consta na decisão da Justiça, a distribuição de dividendos demonstra que a empresa tem disponibilidade financeira para “garantir o juízo”, já que os bens penhorados têm menor liquidez. E diz que a penhora dos dividendos não teria impacto na atividade da empresa, já que os valores seriam distribuídos aos acionistas. Em comunicado ao mercado, assinado pelo diretor de Finanças e de Relações com investidores, Marcelo Cunha, a companhia informou que foi surpreendida pela decisão da Justiça.

Desta forma, acrescenta que está impedida “por ora” de efetuar o pagamento dos dividendos e que avalia as “medidas cabíveis” para preservar seus interesses e os dos acionistas. As ações da empresa recuaram 2,41%, a R\$8,49. No último dia 17, a CSN informou que a remuneração aos acionistas fazia parte

do esforço para concluir a reestruturação da dívida de curto prazo com o Bradesco.

A agência de risco Fitch já havia classificado o valor dos dividendos como “agressivo” e avaliava que a empresa teria de vender mais de R\$ 4 bilhões em ativos nos próximos seis meses para estabilizar sua nota de crédito e evitar um rebaixamento. Em relatório, a Coinvalores afirma que o não pagamento coloca em xeque a renegociação da dívida e traz “incertezas e inseguranças aos investidores”.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: Ramona Ordoñez**

**Título: Preço do diesel subirá entre R\$ 0,12 e R\$ 0,17**

Aumento entra em vigor nas refinarias em 1º de setembro e reflete alta do dólar. Segundo especialistas, o reajuste terá de ser repassado aos consumidores. Importadores criticam nova fórmula de cálculo da ANP

Devido à recente escalada do dólar, o preço do diesel vai aumentar nas refinarias no próximo sábado, dia 1º de setembro. A alta valerá também para os importadores que aderiram ao programa de subvenção feito pelo governo para encerrar a greve dos caminhoneiros, no primeiro semestre. O aumento ficaria entre R\$ 0,12 e R\$ 0,17 por litro, segundo estimativa feita por Adriano Pires Rodrigues, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

O litro custa hoje R\$ 2,0316 nas refinarias. Outro fator é a mudança de cálculo do preço de referência, anunciada ontem pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). — (O aumento) terá de ser repassado aos consumidores, não tem jeito —disse Pires. A política de subsídio adotada pelo governo para o diesel tem custo estimado de R\$ 13,5 bilhões —dos quais R\$ 9,5 bilhões são custo direto do Tesouro e R\$ 4 bilhões são referentes à redução de impostos. Mesmo assim, para o consumidor final, o preço deve ficar mais alto.

Segundo Leonardo Gadotti, presidente da Plural, associação que reúne as distribuidoras, somente uma redução no câmbio evitaria reajuste maiores nos próximos meses. —Se continuar a tendência da valorização do dólar, os preços vão aumentar e serão repassados aos consumidores —disse Gadotti.

Quanto à nova fórmula da ANP para a concessão do subsídio, cujo cálculo será aplicado em 31 de agosto, esta levará em conta os custos de movimentação e armazenagem em quatro terminais portuários brasileiros e os custos para entrega do produto nas cinco regiões do país. O preço base do diesel será alterado todo dia 1º de cada mês, até dezembro. Em 1º de janeiro, o subsídio de R\$0,30 será retirado.

#### CUSTO ABAIXO DO REAL

A nova fórmula leva em conta os custos de importação em quatro portos: Paranaguá, Santos, Itaquí e Suape. Considera ainda os custos do transporte do produto do porto ao ponto de venda nas regiões Norte, Nordeste e Tocantins, Sul, Centro-Oeste e Sudeste. E, por fim, as diferenças nos preços do frete para essas diferentes regiões. Representantes do setor, no entanto, consideraram a fórmula insatisfatória.

Segundo Sérgio Araujo, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), ela inviabilizaria as importações: —A resolução da ANP considera alguns custos muito abaixo dos realmente praticados, como os de armazenagem e fretes, o que inviabiliza as importações de diesel. Os preços de venda do diesel nas refinarias e importadores estão congelados desde maio, por causa do acordo feito pelo governo para encerrar a greve dos caminhoneiros, que estabeleceu o subsídio de R\$ 0,30 por litro, além do desconto de R\$ 0,16 em impostos.

—O R\$ 0,30 por litro de subvenção do governo não será suficiente, agora, para cobrir os preços de comercialização. Mas isso poderá mudar se a cotação do dólar cair ao longo do mês—afirmou Pires. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, não quis comentar uma possível alta dos preços do diesel a partir do dia 1º. Mas ressaltou que os preços não estão congelados: —Esse é o modelo da subvenção de R\$ 0,30 via Tesouro e R\$ 0,16 via impostos. Não houve um congelamento do preço do diesel, o mercado não foi revogado, o que houve foi uma subvenção temporária. O mercado continua funcionando.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** Preço da gasolina dispara e o do etanol tem queda



Rio de Janeiro - A escalada do dólar levou o preço da gasolina vendida pela Petrobras a patamar próximo ao recorde atingido após o início da política de reajustes diários, em julho de 2017.

Nesta terça (28), a empresa está vendendo o combustível a R\$ 2,0829 por litro, o segundo maior valor no período.

O valor representa uma alta de 1,38% com relação ao praticado na segunda (27) e de 6,34% com relação ao preço vigente há dez dias, quando se iniciou o ciclo de alta atual. Desde julho de 2017, o maior preço foi registrado no dia 23 de maio: R\$ 2,0867 por litro.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), os aumentos nas refinarias ainda não tiveram impacto nas bombas. Na semana passada, o preço médio da gasolina no país foi R\$ 4,429 por litro, queda de 0,24% com relação ao verificado na semana anterior.

A coleta de dados ocorre no início da semana, assim, pode não captar repasses no final da semana.

Mas o consumidor vem se beneficiando da queda do preço do etanol. O anidro, que é misturado à gasolina, fechou a semana cotado a R\$ 1,5805 por litro, de acordo com a Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/Usf. O valor é 4,5% abaixo do verificado um mês antes. Nas bombas, o hidratado caiu 0,94% semana passada, para R\$ 2,621 por litro, em média no país

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Cade aprova venda à Equatorial de distribuidora da Eletrobras no PI

São Paulo - O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou sem restrições a compra da Cepisa (Companhia Energética do Piauí), distribuidora da Eletrobras no Piauí, pela Equatorial Energia.

O arremate da empresa ocorreu no fim de julho, em um leilão com lance único da Equatorial Energia, que ofereceu pagar um bônus de outorga de R\$ 95 milhões ao Tesouro Nacional e 45,5 mil à Eletrobras.

À época, o resultado do certame foi comemorado pelo governo federal e pela elétrica estatal, uma vez que a Cepisa é fortemente deficitária, assim como

outras cinco distribuidoras da estatal que atuam no Norte e Nordeste, também colocadas à venda.

Em seu parecer, o Cade disse que "a presente operação não acarreta prejuízos ao ambiente concorrencial".

"Entende-se que a operação não possui prerrogativas para ensejar possibilidade de exercício de poder de mercado no mercado de distribuição de energia elétrica por parte da Equatorial", destacou o órgão antitruste.

A Eletrobras marcou para 30 de agosto um leilão para vender suas distribuidoras no Acre, Roraima e Rondônia. Já o leilão da subsidiária do Amazonas está agendado para 26 de setembro.

Só não há data até o momento para a venda da Ceai, do Alagoas, cuja privatização foi suspensa por decisão liminar do STF (Supremo Tribunal Federal), após ação movida pelo governo do Alagoas.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Taís Hirata

**Título:** Chinesa deverá elevar pagamento por CPFL

CVM determinou alta do preço, mas ainda não está claro se briga entre State Grid e acionistas minoritários terá fim

São Paulo - A chinesa State Grid deverá pagar R\$ 584,7 milhões a mais pelas ações da CPFL Renováveis, segundo determinação de uma superintendência da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Com isso, o total desembolsado pela empresa deverá chegar a R\$3,55 bilhões—contra os R\$ 2,97 bilhões inicialmente propostos.

O preço dos papéis tem sido alvo de uma briga, que já se arrasta há mais de um ano, entre a State Grid e os acionistas minoritários da CPFL Renováveis —entre eles, os fundos Pátria, Arrow, o BTG Pactual e o IFC, do Banco Mundial.

O valor inicialmente oferecido pela State Grid havia sido de R\$ 12,20 por ação.

Após uma série de idas e vindas no processo, a State Grid elevou a proposta para R\$ 13,81 por ação (o equivalente a R\$ 390 milhões a mais), em junho deste ano.

O preço, porém, foi novamente contestado, o que levou à nova determinação da CVM para que a oferta chegasse aos R\$ 14,60 por ação da companhia (resultando nos R\$ 584,7 milhões adicionais).

Os minoritários comemoraram a decisão, apesar de o valor ter ficado bem abaixo daquele defendido pelos acionistas, que esperavam, no mínimo, o pagamento de R\$ 16,69 Por ação — o equivalente a R\$ 1 bilhão mais.

Ainda não está claro, porém, se abriga vai chegar ao fim. A State Grid não afirmou se vai recorrer da decisão da CVM.

Os acionistas minoritários tampouco decidiram se vão buscar um aumento do preço.

A briga começou em 2016, quando a estatal chinesa comprou a fatia da Camargo Corrêa e de fundos de pensão no grupo CPFL. O valor total pago foi de cerca de R\$ 14,19 bilhões — R\$ 25,51 por ação, com um prêmio de 29% em relação ao preço da ação no dia.

A CPFL Renováveis, subsidiária do grupo, veio no pacote. No entanto, o valor oferecido por suas ações apresentava um desconto de 6% em relação ao preço no dia — essa diferença de tratamento entre as ações do grupo e da subsidiária é que levou à reclamação dos acionistas.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Colunas

**Autor:** ALINE BRONZATI CYNTHIA DECLOEDT FERNANDA GUIMARÃES

**Título:** Fazenda quer substituir penhora da CSN por dinheiro

### Coluna do Broadcast

O acordo negociado entre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o Bradesco para o alongamento da dívida da empresa saltou aos olhos da Fazenda Nacional. Conforme o acertado entre CSN e a instituição financeira há cerca de 10 dias, a siderúrgica se comprometeu a distribuir dividendos no intuito de prover caixa para uma das holdings da família Steinbruch, que é acionista da empresa. Com tais recursos, a holding teria munção para arcar com parte da dívida detida junto ao Bradesco. Isso porque o banco atrelou o alongamento do débito da empresa ao pagamento de parte desses vencimentos. Tendo em vista esse desenho, a Fazenda Nacional decidiu entrar na Justiça para trocar a execução de penhora de bens móveis, em uma execução fiscal, por dinheiro. A decisão da 10.<sup>a</sup> Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo foi de impedir o

pagamento de dividendos, que ocorreria no dia 30 de agosto, no valor de R\$ 890 milhões. A CSN prometeu recorrer.

» Subiu no telhado.

Esse impedimento judicial, na outra ponta, já afeta as conversas com o Bradesco. Tal bloqueio, se mantido, obrigará a CSN a sentar novamente com seu credor para mudar o perfil de seus vencimentos. A CSN não comentou.

COM DAYANNE SOUSA E ANDRÉ ÍTALO

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: Douglas Gavras**

**Título: Dólar atinge R\$ 4,14 e já afeta preços**

Alta da moeda americana começa a pressionar produtos importados, como combustíveis e trigo

O dólar voltou a subir ontem, sob influência das incertezas da corrida eleitoral, e atingiu a cotação de R\$ 4,14 – o segundo maior valor nominal desde o início do Plano Real, em 1994. A moeda americana, que está na casa dos R\$ 4 desde 21 de agosto, registra alta de 10,2% só neste mês e de 25% no ano. O novo patamar do câmbio já pressiona preços de produtos importados, especialmente combustíveis, medicamentos e de alguns alimentos.

Este mês, o valor da gasolina acumula alta de quase 6% e reflete tanto o aumento do petróleo no mercado internacional quanto a disparada do dólar ante o real, parâmetros que a Petrobrás usa em sua política de formação de preços. Entre os alimentos, pães e massas subiram 3% no mês passado. Como o Brasil vai importar neste ano mais da metade do trigo que vai consumir, sobretudo da Argentina, esse grupo deve pesar no bolso do consumidor.

“A indústria tem, em média, estoque suficiente para até 90 dias. Se o fabricante tem estoque comprado com preço anterior, mais baixo, segura o reajuste e ganha em volume de vendas”, diz Claudio Zanão, da Abimapi, associação dos fabricantes de biscoitos, massas e pães industrializados. Ele estima que os preços devem ficar até 10% mais altos para o consumidor até o fim deste ano. Para não perder competitividade e de olho em um consumidor resistente a gastos extras, a indústria e o comércio acabam tendo de absorver parte desse impacto do câmbio nos preços.

A gaúcha Chania Chagas, sócia da importadora Empório do Azeite, em Gramado, tentou segurar os preços ao máximo. O estoque de parte dos produtos que a empresa comprou direto do exterior deve durar até o fim do ano, o que vai garantir que ela não tenha de reajustar. “Mas a gente tomou um susto este mês. As distribuidoras que nos fornecem os demais produtos aumentaram o valor em até 25%, por conta da alta do dólar.

Decidimos repassar 15% para o cliente final, para não espantar o consumidor, e vamos ter de absorver parte dos custos.” O gerente-geral dos supermercados Hirota, Hélio Freddi Filho, diz que a rede paulista ainda não precisou subir preços de importados, mas poderá fazer isso em breve. “Estamos com estoque comprado antes das altas do dólar, por isso mantivemos. Mas em 45 dias novos carregamentos devem chegar com os preços mais altos.”

Ele conta que a empresa deve tentar diminuir o impacto no repasse ao consumidor negociando mais fortemente com os fornecedores. Para economistas, no entanto, o impacto do dólar nos preços ainda não deve ser suficiente para tirar a inflação da meta de 4,5% estabelecida para este ano porque a demanda do consumidor continua baixa. “Claro que o cenário eleitoral obscuro tem um peso grande, mas é difícil pensar que a inflação rompa o teto da meta em 2018.

A depender do resultado da eleição, porém, isso pode ocorrer nos próximos anos”, diz o economista da Tendências Consultoria Marcio Milan. Em 12 meses até julho, o IPCA acumula alta de 4,48%. Para o ano que vem, o Itaú Unibanco estima que um dólar acima de R\$ 4,50 seria suficiente para ultrapassar o teto da meta de inflação, que é de 4,25%.

O Banco Central anunciou que vai vender US\$ 2,15 bilhões na sexta-feira com compromisso de recompra, para rolar contratos de dólares que vencem em setembro. Com essas operações, chamadas de leilões de linha, o BC atua no mercado para impedir que a oferta de dólares caia e pressione mais o câmbio.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

**Título:** Importadoras de diesel ameaçam abandonar mercado

Representante das empresas importadoras de combustíveis, a Abicom afirma que suas associadas vão se retirar do mercado de óleo diesel até o fim do ano. Elas consideram insuficiente o preço do produto definido pelo governo em seu cálculo da subvenção ao consumo. “Todo mundo que importar vai ter prejuízo”,

disse o presidente da entidade, Sérgio Araújo. Sem a participação dos importadores, há risco de desabastecimento, afirmou.

O alerta já havia sido dado pela Petrobrás em audiência pública da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no dia 17. A partir de sexta-feira passa a valer nova metodologia de cálculo da subvenção do diesel. A fórmula passará a considerar os custos de frete para trazer o combustível até os portos brasileiros, de tancagem para manter o produto armazenado e de transporte rodoviário até o mercado consumidor.

Com isso, o governo esperava atrair importadores para o mercado, para torná-lo mais competitivo. Mas, segundo Araújo, a cotação utilizada como referência para o preço do litro não condiz com a realidade, porque está abaixo da paridade internacional. Pelas contas da Abicom, se a nova fórmula estivesse valendo ontem, o preço de referência do litro do diesel seria de R\$ 2,5755, no Sudeste, abaixo dos R\$ 2,5956 que seguem a metodologia vigente.

“Os preços são piores que os de agosto. Vamos começar a demitir pessoal e, até o fim do ano (período de validade da nova metodologia), não vai ter importação”, disse Araújo. Na audiência pública do dia 17, a ANP recebeu muitas críticas. No dia, o gerente de Marketing e Comercialização da Petrobrás, Guilherme França afirmou que não via racionalidade econômica na proposta. “Tenho dúvida se teria autorização da diretoria para importar com risco de prejuízo”, afirmou sobre a primeira proposta apresentada.

A agência alterou o texto original da resolução e substituiu a consultoria Platts pela Argus, responsável pela definição das cotações internacionais que balizam o preço de referência do cálculo da subvenção. E acrescentou à fórmula o custo de transporte no Brasil e de tancagem. O texto definitivo foi publicado no Diário Oficial da União de ontem.

Procurada, a Petrobrás não informou se mudou sua opinião sobre a metodologia. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse não ter projeção para o preço do diesel a partir do dia 31. “Depende da evolução do câmbio e do petróleo.”

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Economia

**Autor:** Renée Pereira

**Título:** Chinesa State Grid poderá ter de pagar mais R\$ 585 mi pela CPFL Renováveis

Disputa. Mudança no valor da operação foi definida pela área técnica da CVM, órgão regulador, e é mais um episódio da briga, que já dura mais de um ano, entre a gigante chinesa de energia e os minoritários da empresa brasileira; State Grid pode recorrer da decisão

A bilionária chinesa State Grid poderá ter de desembolsar quase R\$ 585 milhões a mais pelas ações da CPFL Renováveis, cuja oferta inicial era de R\$ 2,97 bilhões. A companhia informou ontem que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deu prazo de duas semanas para que os cálculos da oferta sejam refeitos. Pelos parâmetros definidos pelo órgão regulador, o preço subiria de R\$ 13,81 para R\$ 14,60 por ação. A decisão faz parte de mais um capítulo da briga entre State Grid e os minoritários da Renováveis que perdura desde o ano passado.

A mudança nos valores da oferta pública foi definida pela área técnica da CVM e está baseada nos relatórios apresentados pela State Grid em meados de junho. De acordo com o ofício enviado na segunda-feira à CPFL e seus assessores financeiros, os cálculos devem ser feitos com base no IFRS (normas contábeis internacionais), que consolida os números de todas as controladas da CPFL. A determinação da CVM segue uma linha bastante criticada pelos minoritários da Renováveis, que em julho protocolaram uma contestação aos valores propostos pela chinesa.

Na época, um dos argumentos usados para derrubar a revisão do preço feita pela State Grid era de que a multinacional teria tentado alterar os fundamentos da justificativa de preço original, usando informações financeiras selecionadas. A acusação era que a empresa não teria feito os cálculos com base no IFRS. A State Grid ainda poderá recorrer da decisão no colegiado da CVM. Procurada, a empresa afirmou que não iria comentar o assunto. Do lado dos minoritários – grupo que inclui grandes investidores como Pátria e BTG –, a decisão do órgão regulador é positiva, mas não significa que seja suficiente.

Os minoritários podem tentar elevar ainda mais o valor a ser pago pelas ações da Renováveis. Isso porque a primeira decisão da área técnica da CVM indicava um preço de R\$ 16,69.

Briga.

A State Grid foi responsável por uma das maiores transações do País em 2016, ao adquirir o Grupo CPFL Energia. Entre a compra do controle (da Camargo Corrêa) e das ações no mercado, a empresa desembolsou cerca de R\$ 25 bilhões. O negócio também incluía a compra das ações da CPFL Renováveis, subsidiária do grupo de energia. Aí começou o conflito.



A chinesa oferecia R\$ 12,20 para adquirir a participação no mercado, bem abaixo dos R\$ 25 oferecidos aos minoritários da holding. Os acionistas da Renováveis não aceitaram a proposta e entraram com uma reclamação na CVM, que em fevereiro deste ano decidiu a favor dos minoritários ao estipular um limite de R\$ 16,69 para a oferta – o que significava algo em torno de R\$ 1 bilhão a mais de desembolso da chinesa.

Essa definição, no entanto, foi derrubada pelo colegiado da autarquia, que pediu novos cálculos para a State Grid. Em junho, em resposta ao pedido da CVM, a chinesa elevou de R\$ 12,20 para R\$ 13,81 a oferta para comprar as ações da Renováveis. A nova proposta representava um acréscimo de R\$ 390 milhões. Apesar de melhorar a oferta, os cálculos não agradaram aos minoritários que entraram com uma nova contestação na CVM. O resultado veio ontem.

**VEÍCULO: Correio Braziliense**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Economia**

**Autor:**

**Título: Setor deve receber R\$ 1,8 trilhão até 2054**

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, estima que, até 2054, o Brasil deverá receber investimentos de R\$ 1,8 trilhão no setor de petróleo e gás natural, o que vai proporcionar arrecadação de R\$ 6 trilhões para o governo em royalties e participações especiais. Em debate sobre o futuro do setor, Oddone observou que o valor corresponde ao déficit fiscal do país. “Trata-se de R\$ 167 bilhões ao ano, o que equivale ao déficit fiscal do Brasil atualmente”, afirmou.

Os investimentos levam em conta a realização do leilão da cessão onerosa, uma área cedida pelo governo à Petrobras em 2010 em troca de ações da estatal e limitada a reservas de 5 bilhões de barris de petróleo. Depois de explorar a área, a Petrobras descobriu reservas de até 15 bilhões de barris, segundo Oddone, e, por isso, o governo decidiu fazer um leilão para vender o excedente (10,8 bilhões de barris de petróleo). O leilão ainda depende da aprovação do Congresso e de um acordo sobre o preço do contrato da cessão onerosa com a Petrobras, que está em andamento.

Segundo Oddone, ainda é possível realizar o leilão do excedente da cessão onerosa este ano, depois das eleições presidenciais. “Se fizer o leilão do excedente da cessão onerosa e conseguir aumentar o fator de recuperação dos



campos maduros em 5%, vamos gerar investimentos de R\$ 1,8 trilhão”, calculou.

Ele prevê que o Rio de Janeiro receberá R\$ 1 trilhão do total dos investimentos e R\$ 480 bilhões em arrecadação. São Paulo, segundo maior foco da indústria, deverá contar com R\$ 220 bilhões e arrecadação de R\$ 100 bilhões. “Mais de 50 plataformas deverão ser instaladas no Rio e 10, em São Paulo”, estimou.

O cálculo de Oddone leva em conta a instalação de 27 plataformas para cumprir os contratos das rodadas de licitações até 2016, que vão gerar investimentos de R\$ 520 bilhões. Também estão previstas 22 plataformas para atender os contratos das rodadas realizadas em 2017/2018 e 2019, em que são esperados investimentos R\$ 504 milhões.

Ele ainda coloca nessa lista 17 plataformas de um possível leilão do excedente da cessão onerosa, que geraria R\$ 420 bilhões em investimentos. Um aumento de 5% no fator de recuperação de campos maduros no Brasil deve proporcionar mais R\$ 360 bilhões em investimentos, segundo o executivo.

Pelo alto valor dos investimentos, Oddone ressaltou que a exploração não pode ser feita apenas por uma empresa, em uma alusão à Petrobras. Até pouco tempo, a estatal dominava o mercado de exploração e produção, mas, com a aprovação de uma lei que desobrigou a empresa a participar de todos os leilões do pré-sal, vai aos poucos dando espaço para petroleiras privadas. A Shell, por exemplo, é a segunda maior produtora de petróleo do país. “É isso que tem pela frente se continuar de maneira correta”, disse.

Ele destacou ainda que é preciso pressa para explorar as reservas de petróleo no Brasil, já que o mundo vive a transição para a economia de baixo carbono. “O país precisa deixar de perder oportunidades e definitivamente optar por transformar seus recursos em riqueza, enquanto esses recursos têm valor, e quando precisamos tirar milhões de pessoas da miséria”, declarou.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Brasil

**Autor:** Cláudia Schüffner | Do Rio

**Título:** Setor privado critica modelo de subsídio para o diesel

A nova metodologia para o cálculo do preço de referência do diesel que servirá como parâmetro para pagamento do subsídio de R\$ 0,30 por litro desse combustível a partir do dia 31 de agosto desagradou os agentes privados.

Leonardo Gadotti, presidente da Plural, que reúne as maiores distribuidoras do país, criticou a nova metodologia. Na avaliação do executivo, a fórmula divulgada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), publicada ontem no "Diário Oficial da União", tirou o incentivo para a importação de combustíveis.

"Embora eu reconheça que a nova fórmula traz alguns pontos que não estavam na antiga, como as referências de preço regionais, ela ainda não reflete os custos reais e não considera a margem de lucro", disse Gadotti ao **Valor**.

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) também não aprovou a metodologia. Dizendo que a princípio achou a resolução "muito boa", Sergio Araujo, presidente da entidade, afirmou que as simulações para cálculo dos preços de referência no Sudeste trouxeram valores piores do que os atuais, inviabilizando novas importações de diesel por empresas independentes.

"Se a importação já estava inviável em junho, julho e agosto, agora em setembro ficou pior ainda. Agora de fato os importadores independentes estão fora do negócio, não vai ter importação", disse.

Segundo Araujo, o valor estabelecido pela resolução para o preço do frete na região Sudeste é mais baixo do que o efetivamente pago pelas empresas. Pelas contas da Abicom, o frete rodoviário do porto de Santos até uma base em Paulínia tem uma diferença de R\$ 0,03 em relação à resolução.

O mesmo acontece com o custo estipulado para armazenagem e movimentação, que segundo ele também têm preços menores na resolução do que o valor praticado atualmente no mercado.

"Tínhamos expectativa de que a resolução viesse para retomar as importações, ainda mais em um momento em que a Petrobras está em dificuldades por causa do acidente na Replan [Refinaria do Planalto, em Paulínia, na qual houve um incêndio há uma semana] e precisa trazer produto. Mas infelizmente isso não vai acontecer", disse.

Gadotti, do Plural, considera correta a adoção dos preços coletados pela Argus em diversos portos do país, mas criticou os valores estipulados pela agência reguladora para os fretes de transferência do combustível até as regiões onde o produto vai ser comercializado e, ainda, os custos de logística previstos na fórmula. Ele também vê os preços da fórmula abaixo dos praticados pelo mercado.

"Esse é mais um efeito perverso da intervenção em um mercado tão complexo como o de distribuição. O que vai acontecer é que de alguma maneira vai ficar tudo com a Petrobras, ela será a única a atuar de alguma maneira, a não ser que a ANP considere custos normais de operação", continuou Gadotti.

Para ele, se o objetivo da ANP é incentivar a competição para atrair mais atores para o mercado, com a nova fórmula o efeito será o inverso, já que na prática a competição esperada "deixa de existir".

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, evitou falar em aumento do diesel ao consumidor final ao comentar a nova fórmula ontem pela manhã, ao participar do seminário "Os Caminhos do Futuro do Óleo e Gás", promovido pelo jornal "O Globo".

"O mercado não foi revogado. Os preços continuam flutuando e o que foi aplicado [pelo governo] foi uma subvenção de R\$ 0,30".

Sobre a nova fórmula, Oddone lembrou que ela reflete a variação do câmbio, os preços internacionais e os custos de internação. "O que está acontecendo hoje é a aplicação de um subsídio", disse, comentar previsões de aumento do preço no próximo mês, considerando a valorização do dólar.

Oddone lembrou que no acordo do governo com os caminhoneiros o combinado foi a redução de R\$ 0,30 graças a uma subvenção de R\$ 9,5 bilhões. E observou ainda que o subsídio acabará dia 31 de dezembro ou quando terminar o dinheiro, o que vier antes.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito | Do Rio**

**Título: IBS projeta usina a biomassa de cavaco de madeira**

O grupo IBS Energy, especializado em comercialização e gestão de energia, vai investir na construção de uma termelétrica a biomassa de cavaco de madeira, em Lençóis Paulista, na região centro-oeste do Estado de São Paulo. Com 50 megawatts (MW) de capacidade instalada, a usina será o primeiro projeto de geração do grupo e vai exigir investimentos estimados em R\$ 350 milhões. O empreendimento está previsto para entrar em operação em meados de 2021.

O grupo também desenvolveu um modelo inédito para a implantação do projeto, lançado oficialmente esta semana. O IBS Energy abriu chamada para os clientes do grupo que quiserem participar do empreendimento adquirindo alguma cota.

Segundo o presidente do IBS Energy, Antonio Bento, não existe um limite mínimo ou máximo pré-estabelecido para o preenchimento das cotas. Além

disso, mesmo que a adesão de clientes seja baixa, a companhia já está decidida a construir a usina, utilizando recursos próprios e de terceiros. O grupo já iniciou conversas com bancos privados, mas não descarta o apoio do BNDES.

"O investimento virá de duas formas. Em um primeiro momento estamos oferecendo para nossos clientes participarem do projeto como cotista de um projeto em que eles serão um autoproductor independente em uma empresa que virá a ser uma sociedade anônima de capital fechado. E uma outra parte do dinheiro virá de uma composição dos sócios e dinheiro de bancos", disse Bento ao **Valor**.

Outra etapa importante do projeto está marcada para 25 de outubro, quando será realizado um leilão de venda de energia da termelétrica para o mercado livre. Na ocasião, consumidores livres ou comercializadoras poderão adquirir energia da futura usina, em contratos com prazo de fornecimento de dez anos.

Segundo Bento, a usina deverá consumir cerca de 650 mil toneladas por ano de cavaco de madeira. Pelo fato de a logística do combustível ser vital para o empreendimento foi que o IBS escolheu o município de Lençóis Paulista para construir a usina. A cidade dispõe de um maciço florestal de aproximadamente 320 mil hectares, e um raio inferior a 100 km do local escolhido para a instalação da termelétrica.

A conexão da usina com o Sistema Interligado Nacional (SIN) deverá ser feito por meio de uma linha de transmissão situada a cerca de 600 metros do local onde será implantada a térmica.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 29/08/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

## Dividendos da CSN

O juiz da 10ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo bloqueou o pagamento de dividendos da CSN que seria feito amanhã. Em fato relevante enviado ontem à CVM, a empresa disse ter sido "surpreendida" com a decisão. A companhia informou que avalia quais medidas são possíveis para "preservar o seu melhor interesse, assim como também o de seus acionistas". O pedido de bloqueio partiu da Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), que solicitou a substituição dos bens penhorados da empresa pelos proventos anunciados.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 29/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Geração e distribuição voltam a ser atrativas**

Os dois leilões do setor elétrico marcados para esta semana devem ser bem-sucedidos, mas ainda distantes da intensa competição que marcou os certames de infraestrutura de transmissão de energia no país nos últimos dois anos.

Serão licitadas três concessões de distribuição de energia hoje administradas pela Eletrobras, e também contratados projetos de geração de energia com duração de 20 a 30 anos. A expectativa de especialistas é que os dois certames tenham demanda dos investidores.

O número de participantes na privatização das distribuidoras, contudo, deve ser limitado por características próprias das concessionárias à venda, que carregam dívidas e grandes ineficiências.

Em relação ao leilão de sexta-feira, que vai contratar projetos de geração de energia com entrega prevista para 2024, há grande interesse dos investidores. O problema está no lado da demanda. As distribuidoras, responsáveis pela contratação, têm sido mais conservadoras, uma vez que o consumo de energia responde diretamente ao crescimento da economia. O principal destaque deve ser a fonte eólica, para o qual se espera a contratação de cerca de 1 gigawatt (GW) em novos ativos.

Embora a expectativa seja positiva, o clima em torno dos certames diverge do visto antes dos últimos leilões de transmissão, setor que também enfrentou anos de crise mas vem em uma trajetória de recuperação expressiva desde 2015. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a taxa média de sucesso dos certames entre 2013 a 2017 foi de 68,3%. Considerando o recorte de 2016 a 2017, a taxa sobe para 94,3%. O leilão de junho deste ano, por sua vez, teve todos os lotes licitados, com deságio superior a 50%.

"Os leilões de geração e as distribuidoras não estão no mesmo patamar de atratividade que transmissão, que se provou um negócio muito estável e sem riscos de contraparte. Isso se traduziu em um nível de competitividade incrível, deságios muito altos", explicou o advogado Roberto Lima, sócio do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados.

Segundo Lima, enquanto o setor de geração ainda tem várias questões que precisam ser amadurecidas, como o risco hidrológico, as distribuidoras que serão privatizadas enfrentam uma situação financeira complicada, o que será um desafio para os investidores superarem.

Amanhã, não havendo decisões judiciais "surpresa", as distribuidoras de energia de Roraima (Boa Vista), Rondônia (Ceron) e Acre (Eletroacre) devem ganhar novos donos privados, substituindo a Eletrobras, que há muito tempo quer sair do segmento.

"Acho que haverá pouca competição, os ativos não são muito atrativos", disse Ana Karina Esteves de Souza, sócia do escritório de advocacia Machado Meyer.

O **Valor** apurou que no mínimo duas empresas aportaram garantias na segunda-feira pelas concessionárias. A Oliveira Energia, empresa de Roraima especializada em geração nos sistemas isolados (não conectados à rede), tem interesse na Boa Vista Energia.

A Energisa, por sua vez, se habilitou para arrematar a Ceron. Fontes do mercado comentam que faria sentido a companhia levar também a concessionária do Acre, com a possibilidade de ganhos sinérgicos com as concessões no Mato Grosso.

Em relatório publicado ontem, o Bradesco BBI destacou que a Energisa está bem posicionada para levar a distribuidora de Rondônia. Segundo os analistas Francisco Navarrete, Bruno Arruda e Victor Oliveira, se a Energisa tiver sucesso com uma oferta sem descontos em relação à flexibilização tarifária da concessionária, a elétrica controlada pela família Botelho poderá ter um ganho em valor presente líquido equivalente a R\$ 2 por unit, cerca de 7% do preço dos papéis na bolsa.

Na sexta-feira, será a vez do leilão A-6 de geração de energia. "O setor de geração tem que andar. O lado positivo é que, independentemente do cenário político instável, o setor de energia anda. Mas ainda há pautas que precisam ser discutidas", afirmou Julio Martins, vice-presidente de energia da Schneider Electric para o Brasil.

Com a expectativa de baixa demanda e regras que limitam a presença de termelétricas (não será possível contratar projetos grandes por inteiro), os projetos de geração eólica devem ser os vencedores do certame. A fonte, que tem crescido exponencialmente no país desde a estreia, em 2009, não vê bons leilões há três anos.

"Esse leilão será um divisor de águas para selecionar os fabricantes. Apesar de o mercado estar aquecido e ter um volume de contratação razoável, acredito que

esse volume [de contratação do leilão] não seja suficiente para atender todos os fabricantes que estão aqui", afirmou David Lobo, diretor comercial da Nordex Acciona.

Também poderão participar do leilão projetos de hidrelétricas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Segundo Ricardo Pigatto, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), a entidade "estará atenta" à demanda alocada na fonte, historicamente mais baixa que outras fontes em leilões de geração de energia.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Camila Maia | De São Paulo**

**Título: CVM determina novo preço em OPA da CPFL Renováveis**

A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) determinou que a State Grid ajuste o preço da oferta pública de aquisição de ações (OPA) da CPFL Renováveis para R\$ 14,60, acima do valor de R\$ 13,81 proposto pela chinesa no fim de junho.

A oferta é obrigatória no contexto da aquisição indireta da CPFL Renováveis pela State Grid, que fechou a compra da CPFL Energia em julho de 2016. Desde o ano passado, a chinesa protagoniza o embate sobre o preço da OPA contra um grupo de minoritários da empresa de geração renovável, que inclui nomes de peso como BTG Pactual, Pátria, IFC, Arrow, e o DEG, banco de fomento da Alemanha.

A decisão atendeu um dos pleitos apresentados por sócios minoritários da CPFL Renováveis, que questionaram a metodologia usada pela State Grid nesta última demonstração de preço. A chinesa tinha usado dados de Ebitda (sigla para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) gerenciais, e não seguindo os padrões contábeis internacionais (IFRS). O valor de R\$ 14,60 tinha sido calculado pela própria companhia chinesa em um documento enviado à autarquia em julho.

Os minoritários, no entanto, não ficaram satisfeitos com a decisão da CVM, apurou o **Valor**. Ainda não foi tomada decisão, mas os sócios consideram recorrer ao colegiado do regulador de mercado, pleiteando outros ajustes na metodologia, incluindo diferenças tributárias entre a CPFL Energia e a CPFL Renováveis, além de diferenças em relação ao custo da dívida das empresas.



A State Grid também não informou ainda se vai acatar a determinação dos técnicos da autarquia ou recorrer novamente.

Depois de mais de um ano de conflito com os minoritários da Renováveis, a chinesa subiu sua oferta na OPA da companhia em julho. O preço proposto anteriormente era de R\$ 12,20 por ação. Os minoritários foram à CVM ano passado, e a autarquia abriu um processo para verificar se havia tratamento igualitário aos sócios. Em maio, o colegiado do regulador rejeitou a justificativa para o preço, e exigiu que a chinesa utilizasse a metodologia de Ebitda proporcional para comparar as duas empresas. A resposta foi a nova oferta de R\$ 13,81, muito questionada pelos minoritários.

O preço "ideal" para os sócios da companhia seria de R\$ 16,74, resultado da aplicação do mesmo prêmio aplicado à cotação média da CPFL Energia nos 60 pregões anteriores à transação, em 2016, às ações da Renováveis. A área técnica da CVM rejeitou o método.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 29/08/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Ed Crooks | Financial Times, de Nova York**

**Título: Facebook pretende abandonar uso de combustível fóssil até 2020**

Com funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana, centros de dados do Facebook estão acelerando demanda por energia do gigante das redes sociais

O Facebook quer comprar energia renovável para cobrir 100% de seu uso de eletricidade até o fim de 2020, juntando-se ao Citigroup e à Ikea no estabelecimento de um prazo para atingir essa meta.

O gigante das redes sociais tem uma demanda por eletricidade em crescimento acelerado e seus centros de dados, que funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana, não podem correr o risco de ficar sem energia. No ano passado, a companhia usou 2,46 terawatts/hora de eletricidade, um aumento de 34% em relação a 2016 e mais que o suficiente para suprir todas as residências do Estado americano de Vermont.

Para garantir energia confiável e ao mesmo tempo ser capaz de dizer que está se afastando dos combustíveis fósseis, o Facebook firmou acordos de compra de energia, ou de "tarifas ecológicas", com empresas locais de serviços públicos, partindo do princípio de que essas empresas darão apoio à nova capacidade



solar, eólica e hidrelétrica. Em 2017, o Facebook cobriu 51% de seu uso de eletricidade dessa maneira e até o fim de 2020 pretende chegar a 100%.

Isso é um pouco diferente da imagem mental que as pessoas podem ter de companhias que usam "100% de energia renovável", o que pode sugerir centros de dados diretamente conectados a parques eólicos e de energia solar. Mas com fontes variáveis como o vento e o sol, ainda não há uma maneira econômica de fornecer energia constante para as necessidades da companhia.

Embora os custos de armazenamento em baterias estejam caindo rapidamente, e se tornando competitivos para serviços como a redução do consumo das redes de energia nos horários de pico, essa ainda não é uma opção realista para o fornecimento confiável de energia reserva.

"A realidade das tecnologias de redes elétricas e armazenagem tornam caro demais o fornecimento direto de energias 100% renováveis o tempo todo", diz Adam Brandt da Universidade Stanford.

Isso significa que as instalações do Facebook ainda dependem da rede elétrica local e, desse modo, dos combustíveis fósseis. Neste ano, em média, cerca de 34% da energia elétrica consumida nos Estados Unidos está vindo de usinas movidas a gás natural, 28% de carvão e 20% nuclear.

O Facebook disse que quando assina um contrato para o fornecimento de energias renováveis, se esforça para garantir que suas compras estão, de fato, levando ao aumento da capacidade adicional do sistema, e não apenas substituindo ou renomeando outros investimentos em energias limpas que teria feito de qualquer maneira.

"Queremos nos certificar de que o novo projeto em energia renovável está sendo acrescentado à mesma rede que nos atende, para que possamos ter certeza de que ele estará de fato agregando novas energias limpas e substituindo os combustíveis fósseis", disse Bobby Hollis, diretor global de energia da companhia.

### ***Em 2017, companhia consumiu mais eletricidade que todas as casas do Estado americano de Vermont***

Esse esforço é facilitado, segundo ele, pelo fato de que o poder de consumo do Facebook está crescendo rapidamente. Com cada novo centro de dados representando uma adição significativa ao uso de eletricidade em sua área, a companhia pode assegurar que a demanda adicional será atendida pelo fornecimento adicional de energias renováveis.

Desde que assinou seu primeiro contrato de energia eólica em 2013, o Facebook já firmou acordos para mais de 3 gigawatts de energia renovável e 2,5 GW de energia eólica nos últimos 12 meses. A maioria de seus contratos está nos Estados Unidos, mas o Facebook também fechou contratos na Irlanda, Dinamarca e Suécia.

A compra empresarial de energias renováveis vem crescendo muito neste ano, com empresas como AT&T, Walmart, Microsoft e Apple tendo já firmado acordos para uma capacidade total de 3,86 GW, superando o total contratado em todo o ano de 2017, de 2,89 GW.

Muitas companhias estão comprando energia renovável para cumprir metas ambientais, encorajadas pelos custos em queda da geração de energia eólica e solar. O Facebook anunciou seu compromisso ao mesmo tempo em que estabeleceu a meta de cortar em 75% suas emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa até 2020, em relação aos níveis de 2017.

Entretanto, Lily Donge, do Centro de Negócios de Energias Renováveis do Instituto Rocky Mountain, que trabalha com empresas para ajudá-las a firmar acordos desse tipo, diz que os investimentos das empresas de tecnologia em energias renováveis também refletem o interesse dessas companhias em potenciais novas linhas de negócio.

O gerenciamento de dados é uma parte crítica do negócio de energia, e a tecnologia aplicada à área está avançando rapidamente. Empresas como o Facebook, que têm as mais avançadas operações de gerenciamento de dados do mundo, poderão ter uma vantagem competitiva em um setor elétrico que está ficando mais descentralizado e se afastando do modelo monopolista. "Trata-se de um mercado que está se movimentando muito rapidamente", diz Lily Donge.

As tentativas das empresas de tecnologia de desenvolver novas fontes de receita com energia ainda são embrionárias. O Google tem feito os maiores progressos: em 2014, pagou US\$ 3,2 bilhões pela Nest, a fabricante de termostatos inteligentes, que afirma que seus clientes economizaram 23 megawatts/hora de eletricidade desde 2011.

O Facebook vem sendo menos ambicioso: em 2012, lançou um aplicativo de economia de energia em colaboração com a Opower, uma companhia de gerenciamento de demanda de energia que posteriormente foi comprada pela Oracle.

Mas com mais pessoas investindo em tecnologias de distribuição de energia, como painéis solares, baterias e ferramentas de gerenciamento de demanda, o potencial para serviços inovadores está crescendo.

Mesmo que as empresas se tornem "100% renováveis", as redes alimentadas inteiramente por energia solar, eólica e hidrelétrica ainda estão muito distantes para a maioria dos países, acreditam especialistas em energia.

Morgan Bazilian, da Escola de Minas do Colorado, foi um dos 22 acadêmicos que assinaram uma tese, publicada no ano passado, afirmando que os formuladores de políticas "deveriam tratar com cautela quaisquer visões de uma transição rápida, confiável e barata" para um sistema 100% de energias renováveis.

**MME / ASCOM .**